



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A seguir apresentamos os montantes a receber, por idade de vencimento (*aging list*).

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	
A vencer	1.647.588	1.520.333	1.889.493
Vencidas:			
de 1 a 30 dias	179.830	124.398	207.366
de 31 a 60 dias	91.269	41.748	104.535
de 61 a 90 dias	63.791	32.768	73.630
de 91 a 120 dias	48.447	27.950	56.776
de 121 a 150 dias	40.624	20.886	46.576
de 151 a 180 dias	27.340	17.058	31.527
há mais de 180 dias	172.980	139.534	196.074
	2.271.869	1.924.675	2.605.977

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como se segue:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	423.083	311.431	423.083
Provisão constituída (Nota 23)	242.820	224.426	242.820
Baixas	(196.260)	(112.774)	(196.260)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	469.643	423.083	469.643
Saldo em 01 de dezembro de 2011			558.040
Provisão constituída			20.221
Baixas			(52.496)
Saldo em 31 de dezembro de 2011			525.765

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	
Estoque de aparelhos para revenda	572.047	348.891	663.980
Estoque de <i>simcards</i> e acessórios para revenda	24.966	15.298	31.131
Outros	4.353	16	4.353
	601.366	364.205	699.464
(-) Provisão para perdas em estoques	(41.052)	(51.722)	(46.087)
	560.314	312.483	653.377

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	51.722	80.116	51.722
Provisão constituída	16.596	105.701	16.596
Baixas	(27.266)	(134.095)	(27.266)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	41.052	51.722	41.052

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	
Saldo em 01 de dezembro de 2011			43.152
Provisão constituída			5.701
Baixas			(2.766)
Saldo em 31 de dezembro de 2011			46.087

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com lenta movimentação, consideráveis de difícil realização.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS - NÃO CIRCULANTE

A aplicação financeira que está registrada no ativo não circulante, está representada por quotas de fundo de investimento não exclusivo, classificado como Multimercado resgatáveis em prazo superior a 360 dias, com remuneração entre 98,5% e 101,1% do CDI.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	
Imposto de renda sobre aplicações financeiras e outros	310.110	122.098	324.330
Imposto de renda e contribuição social antecipação	47.737	16.432	73.807
ICMS a recuperar	658.744	479.044	755.934
PIS/COFINS	59.698	32.178	67.402
Outros	4.884	35.810	5.903
Circulante	1.081.173	685.562	1.227.376
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.838.435	2.844.250	3.139.875
ICMS a recuperar	205.533	226.191	238.880
Outros	71.785	—	71.785
Não circulante	3.115.753	3.070.441	3.450.540
Total de circulante e não circulante	4.196.926	3.756.003	4.677.916

Os créditos do imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações da Companhia. Esses créditos estão registrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização.

Impostos de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	
Imposto de renda diferido	2.075.499	2.079.775	2.297.146
Contribuição social diferida	762.936	764.475	842.729
	2.838.435	2.844.250	3.139.875

A Companhia e sua controladas tem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, impreriscíveis. Devido ao fato de serem impreriscíveis, não há data limite para a utilização desses créditos tributários. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos e ajustados no pressuposto de sua realização futura, de acordo com a deliberação CVM 237/98 e, nos termos da Instrução CVM nº 371/02, que estabeleça as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos dentro do prazo estipulado na referida Instrução. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e de acordo com a própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Entretanto, com base nesse mesmo estudo, a Administração decidiu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, pela reversão da provisão para ajuste ao valor de realização contabilizada em anos anteriores. Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Prejuízo fiscal e base negativa	4.381.001	4.556.072	4.472.211	4.647.277
Crédito fiscal incorporado (a)	874.549	874.549	1.574.188	1.574.188
Diferenças temporárias	3.046.446	3.046.446	2.272.701	2.272.701
Base de cálculo	8.301.996	8.477.067	8.319.100	8.494.166
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda diferido	2.075.499	762.936	2.079.775	764.475
			2.297.146	842.729

(a) Representado pelo benefício fiscal futuro decorrente da dedutibilidade dos ágio incorporados pela empresa ATL e TESS. Sua realização ocorrerá no prazo de 5 anos, com base em laudos preparados por consultores jurídicos, que suportam a recuperação do valor neste prazo. A amortização deste crédito fiscal está registrada na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos do resultado do exercício. A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Exercício	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
2011	—	728.897	—	—
2012	898.485	486.325	1.010.145	—
2013	355.473	401.569	409.505	—
2014	367.005	468.772	426.697	—
2015	397.112	478.940	460.758	—
2016	561.979	279.747	574.389	—
2017	258.381	—	258.381	—
	2.838.435	2.844.250	3.139.875	—

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	
Imposto de renda do exercício	(59.184)	(8.367)	(37.372)
Contribuição social do exercício	(16.099)	(2.938)	(8.231)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.190	1.195.514	10.234
	(70.093)	1.184.209	(35.369)

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(260.053)	172.769	(333.343)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	88.418	(58.741)	113.336

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	
Ajustes para cálculo do crédito tributário:			
Compensação de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social	26.136	4.802	13.394
Provisão para devedores duvidosos	(110.723)	(37.680)	(111.151)
Provisão para obsolescência de estoques	3.628	8.259	3.734
Provisão para contingência	(141.302)	(123.386)	(138.535)
Crédito fiscal amortizado	237.877	237.877	237.877
Constituição de crédito de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	(232.687)	(285.142)	(227.643)
Outros	58.560	(42.436)	73.619
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização dos impostos diferidos	—	1.480.656	—
	(158.511)	1.242.950	(148.705)
	(70.093)	1.184.209	(35.369)

10. INVESTIMENTOS

Na controladora, a movimentação dos saldos de investimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, está demonstrado a seguir:

	Movimentação		Saldos em 31/12/2010	Aquisições (*)	Resultado de equivalência patrimonial	Provisão para passivo a descoberto	Saldos em 31/12/2011
	2011	2010					
Controladas	—	—	—	—	—	—	—
Americeel	—	2.268.671	—	(53.583)	—	—	2.215.088
	—	2.268.671	—	(53.583)	—	—	2.215.088
ATL Cayman	(9.071)	—	—	—	(1.140)	—	(10.211)
	(9.071)	—	—	—	(1.140)	—	2.204.877

(*) Em 28 de dezembro de 2011, a Companhia adquiriu de sua controladora Claro Participações S.A. ações ordinárias da Americeel S.A. em 35.244.653.455 que representam o montante de R\$2.268.671, passando a ter controle sobre suas operações, não havendo nenhum ágio/deságio.

	Capital social		Patrimônio líquido		Resultado do período		% de participação	Provisão para passivo a descoberto	Resultado de equivalência patrimonial	Quantidade de ações/quotas
	2011	2010	2011	2010	2011	2010				
Americeel	3.178.015	3.557.797	3.557.797	3.557.797	(86.063)	(86.063)	62,26%	—	(53.583)	35.244.653.455
ATL Cayman	3.523	—	(10.211)	—	—	—	100%	(10.211)	—	1.880.000
Tess Ltd.	23	—	—	—	—	—	100%	—	—	10.000
Telet BVI	404	—	—	—	—	—	100%	—	—	404.000
	3.181.965	3.547.586	3.547.586	3.547.586	(86.063)	(86.063)		(10.211)	(53.583)	

	Capital social		Patrimônio líquido		Resultado do exercício		% de participação	Saldo de provisão para passivo a descoberto	Resultado de equivalência patrimonial	Quantidade de ações/quotas
	2011	2010	2011	2010	2011	2010				
ATL Cayman	3.523	—	(9.071)	—	—	—	100%	(9.071)	—	1.880.000
Tess Ltd.	23	—	—	—	—	—	100%	—	—	10.000
Telet BVI	404	—	—	—	—	—	100%	—	—	404.000
	3.950	—	(9.071)	—	—	—		(9.071)	—	

As demonstrações financeiras das controladas Tess Ltd., ATL Cayman e Telet BVI, originalmente apuradas em dólares norte-americanos, foram convertidas para reais considerando-se a taxa de câmbio do dólar comercial de venda em vigor (divulgadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN) para os saldos ativos e passivos nas datas dos balanços e a taxa média mensal do dólar comercial para venda para as contas de resultado. Estas participações são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, cujas práticas contábeis são consistentes com as adotadas pela controladora. Os ganhos e as perdas na conversão, provenientes dos efeitos de valorização (ou desvalorização) do dólar norte-americano em relação ao real, decorrentes da conversão das demonstrações financeiras, são reconhecidos no resultado, na rubrica de "Variação Cambial". Os valores de provisão para passivo a descoberto estão classificados no passivo não circulante, na rubrica de provisão para perdas com investimentos.

11. IMOBILIZADO

a) Composição

	Controladora		Líquido	Líquido	Total
	2011	2010			
Vida útil estimada em anos	7	7	7	7	7
Equipamentos de Transmissão	8.089.245	(5.308.297)	2.780.948	2.780.948	2.634.277
Infraestrutura	3.331.830	(1.547.128)	1.784.702	1.784.702	1.621.933
Equipamentos de comutação	2.414.205	(1.643.804)	770.401	770.401	889.768
Prédios	100.928	(66.285)	34.643	34.643	39.342
Terrenos	25.491	—	25.491	25.491	20.673
Outros ativos imobilizados	709.482	(468.589)	240.893	240.893	220.852
Imobilizado em andamento	1.570.355	—	1.570.355	1.570.355	1.276.610
	16.241.536	(9.034.103)	7.207.433	7.207.433	6.703.455

	Controladora		Líquido	Líquido	Total
	2011	2010			
Vida útil estimada em anos	7	7	7	7	7
Equipamentos de transmissão	9.160.493	(5.971.117)	3.189.376	3.189.376	3.189.376
Infraestrutura	3.725.114	(1.685.411)	2.039.703	2.039.703	2.039.703
Equipamentos de comutação	2.689.389	(1.841.367)	848.022	848.022	848.022
Prédios	103.213	(67.199)	36.014	36.014	36.014
Terrenos	26.846	—	26.846	26.846	26.846
Outros ativos imobilizados	790.377	(527.645)	262.732	262.732	262.732
Imobilizado em andamento	1.774.484	—	1.774.484	1.774.484	1.774.484
	18.269.916	(10.092.739)	8.177.177	8.177.177	8.177.177



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Além das reduções legais acima apresentadas, a referida Lei também possibilita o abatimento dos valores relativos aos juros de mora e multas de mora e ofício com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido próprio.

16. OBRIGAÇÕES LEGAIS VINCLADAS A PROCESSOS JUDICIAIS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Tributárias	1.478.644	1.169.880	1.678.299	1.169.880
Cíveis/Consumidores	30.884	27.631	32.330	27.631
Trabalhistas	49.512	36.504	52.325	36.504
Regulatório	577.419	539.271	580.229	539.271
	2.136.459	1.773.286	2.343.183	1.773.286

b) Movimentação

	Controladora				
	Tributárias	Cíveis/Consumidores	Trabalhistas	Regulatório	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.169.880	27.631	36.504	539.271	1.773.286
Adições	395.882	6.139	12.289	29.740	444.050
Baixas	(255.597)	(2.886)	719	(13.548)	(271.312)
Atualização monetária	168.479	-	-	21.956	190.435
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.478.644	30.884	49.512	577.419	2.136.459

	Consolidado				
	Tributárias	Cíveis/Consumidores	Trabalhistas	Regulatório	Total
Saldos em 01 de dezembro de 2011	1.783.169	31.806	52.596	578.506	2.446.077
Adições	42.739	2.018	871	16.187	61.815
Baixas	(156.998)	(1.494)	(1.142)	(16.187)	(175.821)
Atualização monetária	9.389	-	-	1.723	11.112
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.678.299	32.330	52.325	580.229	2.343.183

	Controladora				
	Tributárias	Cíveis/Consumidores	Trabalhistas	Regulatório	Total
Tributárias	1.163.912	983.967	-	-	1.192.864
Trabalhistas	37.323	20.305	-	-	40.350
Cíveis	84.065	62.011	-	-	99.427
Regulatório	723	723	-	-	1.341
	1.286.023	1.067.006	-	-	1.333.964

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza tributária, cível, regulatória e trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisos adicionais em relação às contabilizadas. As principais contingências são como segue: **i. Anel - Encargos financeiros sobre o pagamento da concessão:** Referem-se aos valores atualizados correspondentes à divergência entre os resultados obtidos pela Anatel e pela Companhia na aplicação de correção monetária sobre os pagamentos das parcelas de algumas concessões adquiridas, os quais estão sendo discutidos judicialmente. **ii. Tributárias: PIS e COFINS - Exclusão da interconexão da base de cálculo:** Em 26 de março de 2008, a Companhia obteve liminar, para excluir os valores referentes aos repasses de interconexão da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia registrou a provisão para contingências de R\$ 297.771 (R\$204.790 em 2010), a qual está atualizada mensalmente pela taxa Selic. **PIS e COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo:** A Companhia obteve a antecipação dos efeitos da tutela, em 18 de dezembro de 2006, no sentido de deduzir o valor de ICMS da base de cálculo da apuração de PIS e COFINS ocorridos a partir de dezembro de 2006. Amparada por seus consultores jurídicos, a Companhia efetuou a provisão para contingências no consolidado e na controladora nos montantes de R\$748.810 e R\$660.600 (R\$553.329 em 31 de dezembro de 2010 na controladora), a qual está atualizada mensalmente pela taxa Selic. **FUST e FUNTTEL:** A Companhia está sendo questionada pela Anatel pelo não recolhimento do FUST/FUNTTEL sobre as receitas de assinaturas e habilitação dentre outros. Com base na avaliação da Administração e suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, foi constituída provisão de R\$44.220 em 31 de dezembro de 2011 (R\$41.342 em 2010). **CPMF:** A Companhia impetrou ação contra os Delegados da Receita Federal em São Paulo e no Rio de Janeiro, objetivando o não pagamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF relativa à contratação simbólica de câmbio destinada à conversão da dívida, de modo a suspender a exigibilidade do crédito tributário nos termos do art. 151, II, do CTN. A Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, registrou provisão de R\$17.798 (R\$39.205 em 2010). **ICMS - Serviços de Telecom:** A Companhia recebeu diversas autuações fiscais cujo objeto principal é o crédito irregular na tomada de serviços de telecomunicações, em virtude de destaque indevido de ICMS. Amparada por seus consultores jurídicos, que entendem como prováveis as chances de perda, durante o ano de 2011 a Companhia efetuou a provisão para contingências de R\$49.089 (R\$40.498 em 2010), a qual está atualizada pela taxa Selic. **ICMS - Roaming Internacional:** A Companhia tem sido questionada pelos fiscos estaduais

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Recursos financeiros/mútuos

	2011		2010		2011		2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Sercotel S.A. de C.V.	-	33.081	391	23.584	-	-	-	-
Codetel - República Dominicana	-	-	-	-	-	-	-	-
Radiomóvil Dipsa S.A. de C.V.	-	-	-	-	-	-	-	-
Claro Telecom Participações S.A.	87.718	-	87.666	-	-	-	-	-
Amelcel S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Telmex do Brasil Ltda.	-	71.603	-	34.401	-	71.603	-	34.401
Claro Chile, S.A.	-	723	-	2.406	-	723	-	2.406
Claro Chile 110	-	13.286	-	-	-	13.286	-	-
AM Telecom Americas S.A. de C.V.	-	-	-	-	-	1.522	-	-
Instituto Claro	-	-	-	-	-	-	-	(1.445)
América Móvil S.A.B. de C.V.	-	-	-	-	-	-	-	-
Total - circulante	87.718	118.693	88.057	60.391	149.188	149.188	149.188	(1.445)
Alecan Telecomunicações Ltda.	1.173	-	1.173	-	1.173	-	1.173	-
ATL Cayman	10.212	-	9.071	-	-	-	-	-
Telmex do Brasil Ltda.	-	201.584	-	241.856	-	201.584	-	32.659
Claro Chile, S.A.	-	560	-	1.138	-	560	-	1.138
Claro Chile 110	-	500.000	-	-	-	500.000	-	-
Sercotel S.A. de C.V.	-	2.867.134	179.690	2.605.421	-	2.867.134	179.690	2.605.421
Claro Telecom Participações S.A.	-	90.837	-	42.740	3.962	90.837	-	42.740
AM Telecom Americas S.A. de C.V.	-	24.359	-	15.672	-	24.359	-	15.672
Total - não circulante	11.385	3.684.474	189.934	2.906.827	5.135	3.684.474	189.934	2.906.827
Total	99.103	3.803.167	277.991	2.967.218	5.135	3.833.662	277.991	2.967.218

As transações com as partes relacionadas são transações financeiras e as transações com a Sercotel e Claro Telecom Participações referem-se a dividendos a pagar e a transações financeiras, as quais não possuem atualização monetária e prazo de vencimento. Em 03 de julho de 2006, ocorreu a transferência da dívida a pagar à AM Latin América, LLC para novo credo, Sercotel S.A. de C.V. O novo contrato estabeleceu a alteração de origem para Reais, com encargos financeiros à taxa de juros de 15% a.a., e com vencimento em 31 de dezembro de 2008. A renovação deste contrato ocorreu em dezembro de 2008 e postergou o vencimento para 31 de dezembro de 2018 com incidência de encargos financeiros de 157% do CDI. Em 31 de dezembro de 2011 o valor atualizado é de R\$1.825.933. Em 18 de outubro de 2010, a Companhia obteve o empréstimo junto a Sercotel S.A. de C.V., no montante de R\$1.065.624. Este contrato possui vencimento em 03 de outubro de 2014, com encargos financeiros à taxa anual equivalente ao resultado do spread, acrescido do CDI, o spread aplicável será de 1,40% ao ano. Durante o ano de 2009, a Companhia concedeu diversos empréstimos a Sercotel S.A. de C.V.: i) R\$565.763, com vencimento até 14 de dezembro de 2010, com encargos financeiros à taxa Libor de seis meses acrescido de juros de 0,1 a 0,5% a.a. e incidência de variação cambial do dólar norte-americano, liquidado conforme vencimento; ii) R\$479.963 com vencimento até agosto de 2010, and o mesmo foi prorrogado para 31 de dezembro de 2011, com encargos financeiros entre 5,02% e incidência de variação cambial do peso mexicano, saldo de R\$180.080 em dezembro de 2010; iii) R\$2.127,11 com vencimento até 14 de dezembro de 2011, com encargos financeiros entre 5,02% a.a. e 12% a.a. e incidência de variação cambial do peso mexicano, liquidado durante o exercício de 2010. No decorrer do exercício de 2011 esse montante foi totalmente liquidado. Em 27 de março de 2009, a Companhia e sua parte relacionada Claro Chile S.A. celebraram contrato de compra e venda de recebíveis futuros, no montante de R\$227.470, no qual a Companhia cumprirá o pagamento deste valor através da entrega dos recebimentos realizados das vendas e serviços, trimestralmente, em dezesseis parcelas contando a partir de 15 de janeiro de 2011 a 15 de outubro de 2014. Este contrato prevê encargos que variam entre 13,37% a 15,16%. Em 15 de agosto de 2011, a Companhia obteve o empréstimo junto a Sercotel S.A. de C.V., no montante de R\$50.000. Este contrato possui vencimento em 03 de dezembro de 2014, com encargos financeiros à taxa anual equivalente ao resultado do spread, acrescido do CDI, o spread aplicável será de 1,40% ao ano. Em 28 de setembro de 2011, a Companhia obteve o empréstimo junto a Claro 110 S.A., no montante de R\$500.000. Este contrato possui vencimento em 03 de outubro de 2014, com encargos financeiros à taxa anual equivalente ao resultado do spread, acrescido do CDI, o spread aplicável será de 1,40% ao ano. Cêber com a Alecan Telecomunicações Ltda., ATL Cayman e Claro Telecom Participações S.A. não possuem atualização monetária e prazo de vencimento. Em 11 de junho de 2008 a Companhia e a empresa ligada Amercel, através de Assembleia Geral, constituíram o Instituto Claro, que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento social no Brasil, por meio de ações que contribuem para o incremento da educação, para a realização de atividades artísticas, culturais e desportivas, para o fomento da ciência e para preservação e conservação do meio ambiente. Em agosto de 2009 a Companhia concedeu um empréstimo no valor de R\$1.070 com encargos de 6% a.a. e vencimento em 31 de dezembro de 2009, o qual foi prorrogado para 31 de janeiro de 2010. Durante o ano de 2011, a Companhia contribuiu com o montante de R\$1.445, a título de doações para este Instituto.

Venda de mercadorias e outros

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Embratel S.A.	-	125.078	1.053.945	-
Brazil Center Comunicações Ltda.	-	3.277	-	3.277
Cablenda do Brasil Ltda.	-	7.519	-	8.067
Amercel S.A.	110.217	-	(130.103)	-
AMX Argentina	58.492	-	101.033	58.492
Comunicação Celular, S.A. (Comcel)	18.183	-	77.409	18.183
Total curto prazo	186.892	135.874	1.102.284	76.676
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Embratel S.A.	-	135.523	986.550	-
Prisca S.A. de C.V.	-	483	(558)	-
Brazil Center Comunicações Ltda.	-	-	(682)	-
Amercel S.A.	-	12.708	125.299	-
AMX Argentina	45.735	-	203.139	-
Comunicação Celular, S.A. (Comcel)	14.197	-	64.946	-
Empresa Nicaragüense de Telecomunicações S.A. (Enitel)	-	-	14.462	-
Consórcio Ecuatoriano de Telecomunicações S.A. (Concecel)	-	-	27.196	-
Servicios de Comunicaciones de Honduras, S.A. de C.V.	-	2.568	-	-
Total curto prazo	62.500	148.714	1.040.352	148.714

Os saldos de contas a receber e a pagar de vendas de mercadorias referem-se, basicamente, à compra e venda de aparelhos e acessórios, aluguel de circuitos, prestação de serviços e a interconexão. Essas transações são mantidas a valor de mercado. Durante o exercício de 2011, a Companhia efetuou compra e venda de aparelhos celulares com a parte relacionada Amercel S.A., no montante de R\$12.078 (R\$140.432 em 2010) e R\$9.861 (R\$64.224 em 2010), respectivamente, em preços similares aqueles praticados com terceiros. O prazo médio para pagamento dessas transações é de 60 dias. A partir de 2010, a Claro S.A. abriu filial no Distrito Federal, cessando as compras de aparelhos com a Amercel S.A., como melhoria da qualidade de gestão e informação gerencial, a partir de janeiro de 2006, a Administração da Companhia decidiu unificar processos e tarefas das companhias pertencentes ao Grupo Claro, centralizando as áreas financeira e comercial no Centro Administrativo de São Paulo por meio da empresa ligada Claro S.A. Em setembro de 2006, foi firmado entre as empresas Amercel e Claro um Acordo para Rateio de Despesas corporativas incorridas no decorrer do atual exercício. O objetivo desse acordo é permitir o compartilhamento dos recursos e obtenção de sinergias e assegurar os repasses das despesas corporativas respectivas. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia repassou o montante de R\$117.675 (R\$106.349 em 31 de dezembro de 2010), a título de despesas de atendimento a clientes e de despesas corporativas. Adicionalmente durante o ano de 2008, a Companhia e a Amercel, firmaram o contrato de licença para uso pela Amercel, de diversas marcas de propriedade da Claro, para identificar os serviços de telecomunicações prestados pela Amercel no território brasileiro. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita líquida de prestação de serviços auferida pela Amercel durante o ano. O prazo deste contrato será de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos. Em 2011 a Companhia reconheceu receita no valor de R\$17.229 (R\$17.004 em 2010), sendo estes valores mantidos em contas a pagar em 31 de dezembro de 2011 e 2010 respectivamente. As contas a receber da AMX Argentina, Comcel, Enitel, Concecel, Servicios de Comunicaciones de Honduras S.A. de C.V. ("Sercom Honduras"), referem-se a serviços de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas, prestados pela Companhia, conforme contratos de prestação de serviços e assistência técnica, com base em percentual

pela tributação de ICMS incidente em operações de roaming internacional através da lavratura de autos de infração sobre a matéria. Amparada por seus consultores jurídicos, que entendem como prováveis as chances de perda, a Companhia registrou a provisão para contingências no consolidado e na controladora nos montantes de R\$271.343 e R\$259.825 (R\$323.986 em 31 de dezembro de 2010 na controladora), atualizada pela taxa Selic. **Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EBC:** Em 26 de maio de 2009, a Companhia foi autorizada, através da obtenção de Mandado de Segurança, a efetuar o depósito judicial dos valores correspondentes a nova contribuição à EBC (Empresa Brasil de Comunicação) criada pela Lei nº 11.652/08. Em 31 de dezembro de 2011 os valores correspondentes a esta contingência no consolidado e na controladora foram de R\$242.941 e R\$138.894 respectivamente (R\$122.585 em 31 de dezembro de 2010 na controladora). **Perdas possíveis:** A Companhia tem processos tributários envolvendo riscos de perda, classificados com base na opinião dos seus consultores jurídicos como possíveis, para os quais não foi constituída provisão para contingências. **• ICMS:** A Companhia recebeu diversas autuações fiscais que totalizam R\$2.538.582 (R\$2.273.018 em 2010), cujos principais objetos são: i) ICMS sobre habilitação; ii) ICMS sobre energia elétrica; iii) ICMS sobre transferência de mercadorias; iv) ICMS sobre ajustes glosados; v) falta de estorno proporcional ao crédito de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado; e vi) ICMS sobre venda de aparelhos abaixo do preço de custo, dentre outros. **• PIS e COFINS:** A Companhia recebeu diversas autuações fiscais que totalizam R\$1.102.351 em 31 de dezembro de 2011 (R\$494.161 em 2010), cujos principais objetos são: i) diferenças de apontamento de PIS e COFINS nas declarações de apuração retificadoras; ii) falta de recolhimento e de declaração na DCTF dos tributos PIS e COFINS cumulativo incidente sobre as receitas de prestação de serviços de telecomunicações, dentre outros. **• FUST - Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações:** Em 15 de dezembro de 2005, foi emitida pela Anatel a Súmula nº 07, visando entre outros à cobrança da contribuição para o FUST sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações, a partir da vigência da Lei nº 9.998. A Administração da Companhia, amparada por seus consultores jurídicos externos, entende que as receitas acima mencionadas não estão sujeitas à incidência do FUST, tendo em vista a legislação aplicável. De 2006 a 2011 a Anatel lavrou autos de infração contra Companhia, que totalizam R\$628.669 (R\$387.873 em 2010). Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, que entendem como possíveis as chances de perdas, não foi constituída provisão para contingências destes valores. **• INSS - NFLD (Notificação Fiscal de Lançamentos de Débitos):** A Companhia recebeu notificações de débitos, no valor aproximado de R\$74.728 em 31 de dezembro de 2011, questionando, principalmente, a incidência de contribuição previdenciária ao INSS pelo pagamento de participação nos resultados, gratificações esporádica para incentivar produtividade, além de valores lançados após o prazo decadencial de cinco anos. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, que entendem como possíveis as chances de perdas, não foi constituída provisão para contingências destes valores. **iii. Regulatórias: PADOS - Procedimentos para apuração de descumprimento de obrigações (Anatel):** A Companhia discute sobre as penalidades atribuídas em diversos procedimentos de apuração de descumprimento de obrigação (PADO) instaurados pela Anatel. Os processos se encontram em andamento dentro dos trâmites previstos pelo Regimento Interno da Anatel e demais regulamentações pertinentes. Em 31 de dezembro de 2011, com base na opinião dos consultores jurídicos internos da Companhia, foi constituída provisão para contingências no consolidado e na controladora nos montantes de R\$36.708 e R\$33.898 (R\$16.410 em 31 de dezembro de 2010 na controladora), referente aos processos com probabilidade de perda provável. **iv. Cíveis e trabalhistas:** Incluem diversas demandas cíveis e trabalhistas, tendo sido contabilizada provisão conforme demonstrada anteriormente, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos. Em relação às demandas cuja possibilidade de perda seja classificada como possível, o valor envolvido é de R\$265.515 (R\$198.815 em 2010), para as demandas cíveis e de R\$166.687 (R\$79.545 em 2010), para as demandas trabalhistas. **Civil - Caso Patente Lune:** A Companhia Lune Projetos Especiais em Telecomunicações Ltda. reclama que as operadoras de celular violaram suas patentes relativas à tecnologia para identificação de chamadas. O reclamante promoveu ações contra a Companhia Grupo Claro. A justiça na comarca do Rio de Janeiro em uma ação movida por um fornecedor de tecnologia de identificação de chamadas concedeu uma liminar suspendendo os efeitos da patente. A Companhia não constituiu provisão, em virtude de seus consultores jurídicos considerarem possível a probabilidade de perda neste processo.

17. PROVISÃO PARA DESCONTINUIDADE DE ATIVOS

A Companhia mantém registrada provisão para obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos, descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente, prática em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingente, emitido pelo Instituto Brasileiro de Auditores Independentes - IBRACON. Em 31 de dezembro de 2011, o montante registrado na controladora e R\$110.311 e no consolidado é R\$129.811 (R\$103.908 em 31 de dezembro de 2010) a débito no ativo na rubrica de imobilizado, líquido da depreciação correspondente e o montante de R\$294.348 na controladora e R\$341.186 no consolidado (R\$243.189 em 31 de dezembro de 2010) a crédito no passivo, na rubrica de outros passivos no não circulante. Em 31 de dezembro de 2011 as obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia. A taxa de desconto foi estimada com base no custo médio ponderado de capital para segmento, sendo de 12% em 2011 (7% em 2010). Em decorrência desse procedimento, foram registradas despesas financeiras de R\$25.727 na controladora e consolidado (R\$23.274 em 31 de dezembro de 2010) na demonstração do resultado.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Sercotel S.A. de C.V.	-	33.081	391	23.584
Codetel - República Dominicana	-	-	-	-
Radiomóvil Dipsa S.A. de C.V.	-	-	-	-
Claro Telecom Participações S.A.	87.718	-	87.666	-
Amelcel S.A.	-	-	-	-
Telmex do Brasil Ltda.	-	71.603	-	34.401
Claro Chile, S.A.	-	723	-	2.406
Claro Chile 110	-	13.286	-	-
AM Telecom Americas S.A. de C.V.	-	-	-	-
Instituto Claro	-	-	-	-
América Móvil S.A.B. de C.V.	-	-	-	-
Total - circulante	87.718	118.693	88.057	60.391
Alecan Telecomunicações Ltda.	1.173	-	1.173	-
ATL Cayman	10.212	-	9.071	-
Telmex do Brasil Ltda.	-	201.584	-	241.856
Claro Chile, S.A.	-	560	-	1.138
Claro Chile 110	-	500.000	-	-
Sercotel S.A. de C.V.	-	2.867.134	179.690	2.605.421
Claro Telecom Participações S.A.	-	90.837	-	42.740
AM Telecom Americas S.A. de C.V.	-	24.359	-	15.672
Total - não circulante	11.385	3.684.474	189.934	2.906.827
Total	99.103	3.803.167	277.991	2.967.218

calculado sobre as receitas operacionais das empresas assessoradas. Possuem vencimentos de 30 a 60 dias e não há incidência de encargos financeiros, incorrendo



CLARO S.A.

CNPJ 40.432.544/0001-47

Conselho de Administração

Efetivos

Daniel Hajj Aboumrad
Presidente

Carlos Cárdenas Blásques
Alberto de Orleans e Bragança
Alejandro Cantú Jiménez
Carlos José García Moreno Elizondo

Suplentes

Carlos Hernán Zenteno dos Santos
Sérgio Adriano Pelegrino
Marcos Medeiros Coelho da Rocha
Daniel Alejandro Tapia Mejía

Diretoria

Carlos Hernán Zenteno dos Santos
Presidente

Sérgio Adriano Pelegrino
Diretor Financeiro

Fiamma Orlando Zarife
Diretor de Serviço e Valor Agregado

Erik Cordeiro Caldas Fernandes
Diretor de marketing

Contador

Ricardo Basso Gaino
Gerente de Contabilidade - Contador
CRC - PR-040021/O-0-S-SP

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Claro S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão

livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Claro S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente,

em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Claro S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo **International Accounting Standards Board - IASB** e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Claro S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não esta ressalvada em função desse assunto.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

João Ricardo P. Costa
Contador CRC-1RJ066748/O-3-S-SP
Wagner dos Santos Junior
Contador CRC-1SP216386/O-1